

BRASÍLIA: MODERNIDADE E EXCLUSÃO. DOS ACAMPAMENTOS ÀS CIDADES-SATÉLITES

Prof. Dr. José Geraldo Simões Junior
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Email: jgsimoesjr@gmail.com

Prof. Dr. Angélica Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Email: angélica.benatti.alvim@gmail.com

1. Introdução

O processo de formação de Brasília tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas empíricas, que deram origem a dezenas de livros e textos acadêmicos, abordando os mais distintos aspectos: o da concepção modernista do Plano de Lucio Costa, as suas escalas, a arquitetura, o espaço público, os modos de vida, as cidades satélites, etc.

Alguns desses estudos enfocaram a questão social e da exclusão presentes no processo de urbanização, sobretudo os de Paviani (1987, 1996, 2010^a, 2010b), Lopes (1996), Brito (2009), Gouvea (1995) e Mendonça (2011), abordando sobretudo a situação dos operários-pioneiros na construção da nova Capital.

Sergio Ferro, em diversos depoimentos, relata seu envolvimento pessoal nessa experiência, quando ainda estudante, ficou impressionado com a marcante “fratura” existente entre o projeto de uma arquitetura moderna e revolucionária que ali estava se realizando e as condições quase que medievais da produção física daquelas construções, fatos esses que podiam ser observados nos canteiros de obras e nas condições de vida dos alojamentos.

Este artigo analisa, portanto, o processo de urbanização inicial de Brasília e consequente periferação, utilizando, além das referências acima, o trabalho de Lina Kim & Michael Wesely, publicado em 2010, que trouxe à luz centenas de fotos, a maioria inéditas, sobre o período obtidas através de extensa pesquisa em acervos de imagens (acervos profissionais, particulares e públicos). Esta iconografia do período pioneiro permitiu-nos explorar a construção da cidade: o da cidade-canteiro de obras e o da cidade dos alojamentos e invasões, em movimento de constante relocação para núcleos distantes e cidades-satélites. Desta forma, foi possível estabelecer com clareza as diversas categorias observadas nas soluções de moradia social nos primeiros tempos de Brasília, dos núcleos provisórios, passando aos alojamentos, às “vilas” e invasões, até chegar aos núcleos e cidades satélites.

2 . Fluxos Migratórios e Conexões Espaciais

A construção de Brasília é parte de um projeto maior da administração do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que visava a interiorização da população brasileira¹. A mudança da capital federal para o planalto central, se aliou à implantação grandes projetos dos eixos rodoviários de integração das regiões norte e sudeste/sul do País. Nesse contexto, a construção da nova Capital aparece como oportunidade capaz de atrair fluxos migratórios que se destinariam posteriormente para as grandes metrópoles da época: Rio de Janeiro e São Paulo. Diniz (2001) afirma que a migração inter-regional aliada a construção de importantes rodovias a partir de Brasília foram fundamentais para o desenvolvimento regional, que passou a caracterizar-se como espécie de "corredor", ligando o sul ao norte e constituindo rota quase obrigatória, para o desbravamento de novas terras. Dali nasceram os eixos rodoviário Belém - Brasília (BR-010), Cuiabá - Santarém (BR-163) e Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco (BR-364), proporcionando, pela primeira vez, a interligação da floresta Amazônica, por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro- Oeste. (Vale, Lima e Bonfim, 2004).

A propaganda governamental chamando todos para a construção da nova Capital, através do rádio e dos jornais, com a promessa de emprego e salário, atraiu dezenas de milhares de brasileiros para o Planalto Central. Lopes (1996, p.178) faz referência a recrutamentos organizados pelo governo, ao envio oficial de retirantes da seca nordestina para as obras de Brasília, a proprietários de terra que recebiam pagamentos para a cessão de colonos para as obras, a agenciadores que iam as zonas pobres do nordeste para trazer camponeses nas caçambas dos caminhões.

Ao mesmo tempo, esta localização privilegiada contribuiu para povoar não apenas o Plano Piloto e cidades satélites previstas, mas também formar a periferia do Distrito Federal. Nos três primeiros anos de construção de Brasília, segundo Jusselma Brito (2009), o maior e intenso fluxo migratório se deu pela antiga estrada de Corumbá de Goiás, que acessava o Distrito Federal pela face Oeste, onde localizava-se a sede do INIC, Instituto Nacional de Colonização e Imigração. Neste contexto, a autora aponta que o INIC foi implantado, para captar os migrantes e por se localizar a 30 km de distância do Plano Piloto motivou a posição de Taguatinga, a primeira Cidade satélite, criada em 1958. (Ibidem, p. 75) Mendonça (2012) aponta que os migrantes vindos do nordeste se deslocavam de trem por

¹ O processo de integração inter regional visando a região Centro-Oeste, iniciou-se no âmbito da "Marcha para o Oeste", no governo Vargas, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios.

meio de um longo percurso com inúmeras baldeações por cidades e capitais nordestinas, passando depois por Belo Horizonte. Daí seguiam para Anápolis até atingir Brasília. Naquele momento, todas as providências para a criação de uma grande cidade já haviam sido tomadas e, conseqüentemente, para sua expansão e conseqüente formação periférica.

3 . Brasília – do Plano à Realidade de sua Implantação

Brasília, antes mesmo de sua inauguração, em 21 de abril de 1960, já era uma grande aglomeração². Não uma cidade como aquela pensada pelo idealizador de seu plano-piloto, Lucio Costa. Mas uma cidade canteiro-de-obras, uma cidade que já abrigava cerca de 127 mil pessoas, metade delas morando em acampamentos de obras, ou em invasões e trabalhando na construção civil.

Este fato emblemático coloca um problema que não tinha sido pensado adequadamente nem pelos formuladores do Edital do Concurso da Nova Capital, em 1956, nem pelo idealizador do projeto vencedor. Afinal, construir e inaugurar uma cidade em três anos era um fato inédito. Nem no período colonial, nem no pombalino e nem nas empreitadas de construção das capitais como Belo Horizonte ou Goiânia, tal fato tinha acontecido. Portanto, as conseqüências de um projeto tão desafiador jamais sido mensuradas.

No primeiro ano de início das obras, em 1957, a Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás mensurou a população em 12.600 pessoas. O fluxo se acelerou nos anos seguintes, com a política deliberada de ir buscar, em caravanas de caminhões, contingentes de trabalhadores nas longínquas planícies do norte de Minas e estados do nordeste. Chegavam nas caçambas, empoeirados, com grandes esperanças de construir um mundo melhor. A propaganda do governo de Juscelino ajudada a criar essa esperança e a vislumbrar o ideal de um mundo novo. A modernização poderia ser atingida rapidamente, cinquenta anos em cinco!

Os trabalhadores da construção de Brasília passaram a se chamar “candangos”, operários que dedicaram energia e coragem para enfrentar as adversidades das condições de vida no planalto central, que iam desde os alojamentos precários e imundos, à alimentação deficiente dos refeitórios e o controle e violência nos campos de trabalho, com jornadas excessivas e sem espaço para reivindicações. O clima não era ameno e as intensas obras de terraplenagem previstas no plano criaram um dano ambiental sem precedentes, transformando

o solo em barro intransponível na época das chuvas e em poeira irrespirável na época das secas.

Com o andamento das obras, muitas empreiteiras precisaram montar seus acampamentos, junto aos canteiros. A maioria dos operários eram homens e sem família; além disso haviam comerciantes, profissionais liberais e agregados familiares - mulheres e crianças.

Desde o início das obras, a Novacap, empresa criada em setembro de 1956 com a única finalidade de gerenciar e coordenar a construção da nova capital e concretizar o projeto urbanístico concebido por Lucio Costa, passa a concentrar todo o poder sobre a organização do espaço dentro do quadrilátero do Distrito Federal. A ela coube também solucionar a questão social da habitação. A política adotada por Israel Pinheiro, diretor dessa empresa, foi a de deslocar toda as opções de "habitação econômica" (termo usado então) para áreas externas do perímetro do Plano Piloto.

A abordagem do problema tinha sido uma preocupação desde o início do desenvolvimento do Plano por Lucio Costa. Por esta razão ele propunha a localização de moradias s para três níveis diferentes de poder aquisitivo ao longo do eixo rodoviário residencial (item 17 da Memória Descritiva do Plano Piloto).

Essas proposições não foram devidamente consideradas pela Novacap. Anos mais tarde, Lucio Costa retomaria a questão, associando-a a uma dimensão bem mais ampla e profunda, decorrente de fatos históricos e culturais de nossa sociedade.

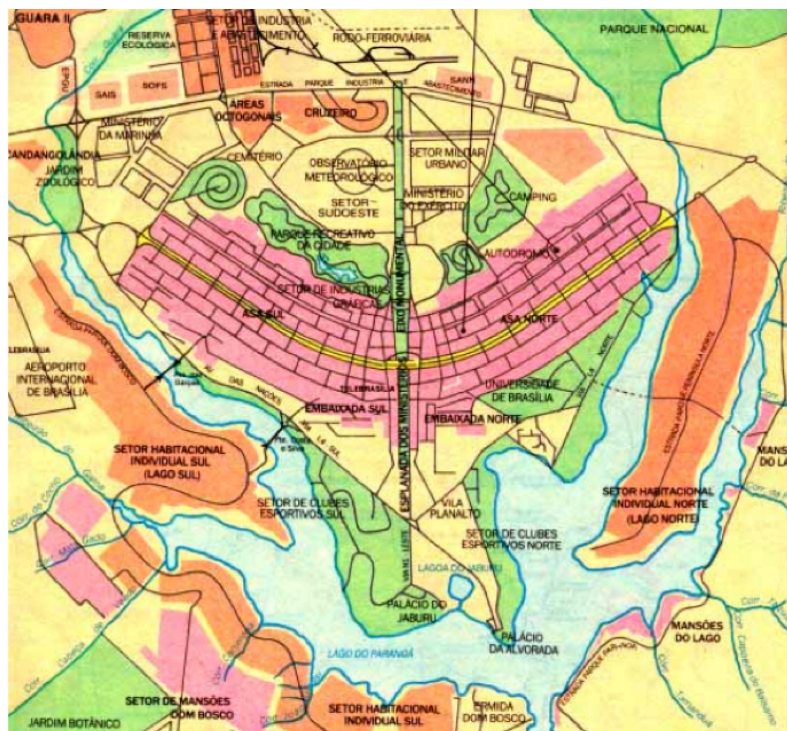


Fig. 1 – Representação funcional do Plano Piloto. Fonte: Arquivo do autor.

4. As Formas Precárias do Habitar dos “Candangos”: Núcleos Provisórios, Acampamentos, Invasões e Cidades Satélites.

Durante os anos 50 e 60 houve, por parte da Novacap, uma clara intenção de transformar a área do Plano Piloto em local de trabalho e residência dos funcionários públicos e técnicos mais graduados, excluindo espacialmente as camadas mais populares.

Por esse motivo, a ação desse órgão foi a de construir cidades satélites para a população de menor renda, impedindo que elas permanecessem em acampamentos ou em núcleos favelados no interior do perímetro do Plano Piloto. A abordagem adotada para esses aglomerados foi sempre a da relocação. Com essa intenção é que em 1958 foi criada a cidade-satélite de Taguatinga, distante 25 km dos canteiros de obras do Plano Piloto, construída para receber relocados de diversas comunidades.

A decisão de relocar vilas, acampamentos provisórios e invasões que foram se formando na área do Plano ao longo das décadas de 50 e 60, encontrava respaldo não somente nos laudos emitidos pelos técnicos da Novacap, como sobretudo na própria argumentação do Plano Diretor de Brasília, elaborada por Lucio Costa, que afirmava :

Deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população (Costa, 1997, p. 293)

Os recenseamentos da população operária na área do Distrito Federal, desde o

início de sua construção, mostram que a cidade passou por um vertiginoso crescimento, imprevisível pelos planejadores e administradores da cidade, que imaginavam que as cidades satélites só seriam implantadas após a ocupação do núcleo urbano principal da Capital. Se em 1956 o número de operários atingia o número de 500, em 1957, o primeiro Censo realizado já registrava um total de 12.700 pessoas na região, dos quais metade habitando próximo aos canteiros de obras. Dois anos depois chegaria a 64.314, para na época da inauguração, em abril de 1960, a cidade já abrigar 127 mil habitantes (Quinto Jr. et al., 2010, p. 60) e (Lopes, 1996, p.189), quase um quinto da população máxima prevista para o Plano Urbanístico até o ano 2000, ou seja, 700 mil habitantes.

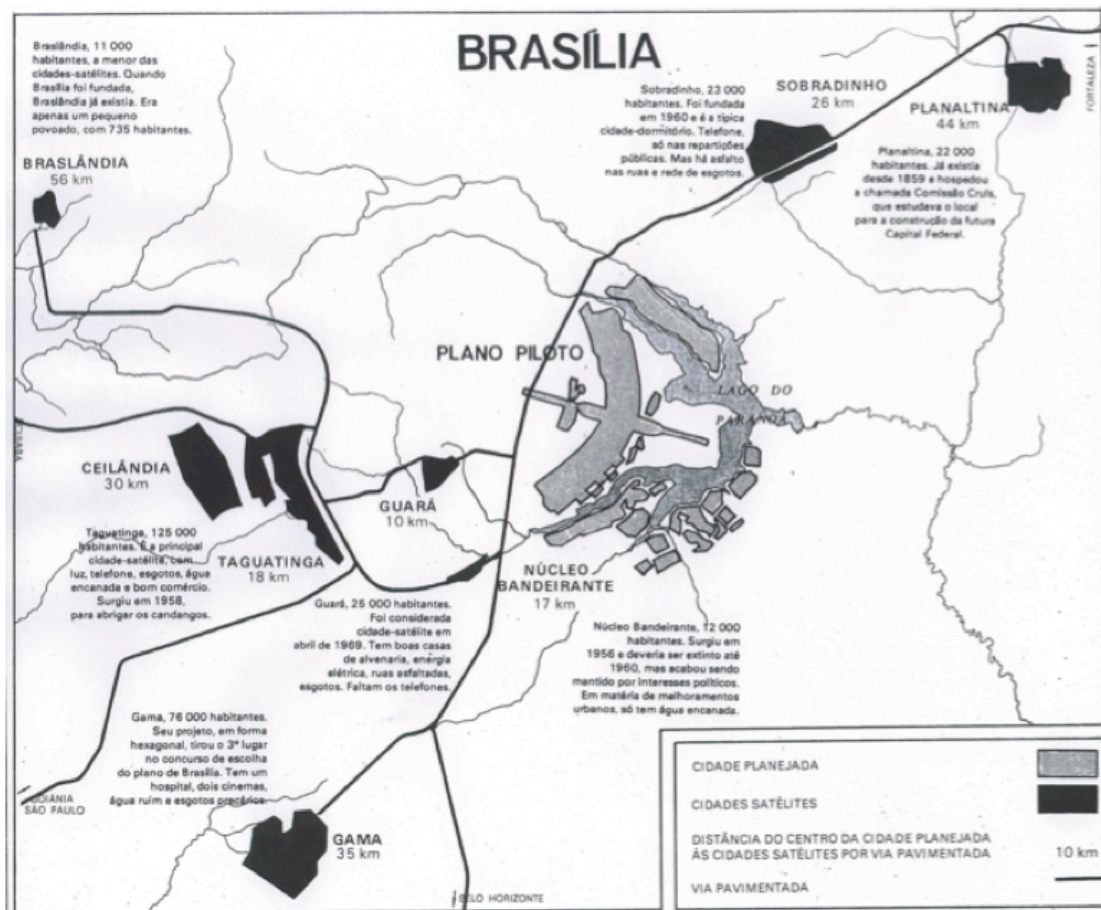


Fig. 2 – Representação dos assentamentos urbanos próximos do Plano Piloto, no início dos anos 70. Fonte : Revista Realidade, (1972)

Nos anos seguintes intensificou-se a aceleração desse fluxo de migrantes, conduzindo a um processo de urbanização descontrolado e excludente, como as grandes cidades brasileiras, criando uma periferia de miséria em grande parte de sua Região Integrada

de Desenvolvimento Econômico (RIDE) cuja população hoje ultrapassa 3,6 milhões de habitantes, que cresce a uma taxa de 2,28% superior à média do Brasil, 1,17%aa.

A categorização das distintas situações de precariedade das condições de moradia, realizada por nós, a partir dos estudos acima listados e sobretudo a partir das imagens coligidas por Kim et al. (2010), foram fundamentais para perceber o processo de urbanização do Distrito Federal, relacionando a fatos que conduziram hoje parte de sua população a uma situação de extrema exclusão: do total de dois milhões de habitantes somente 10% reside no perímetro do Plano Piloto. Os restantes 90% estão dispersos por extensa área formada por cidades satélites e núcleos urbanos populares, ocupando um raio de mais de 50 km ao redor do Plano Piloto, o que nos leva a considerar que Brasília seja hoje uma das aglomerações urbanas cidades mais segregadas do Brasil.

4.1 As Categorias dos Assentamentos Urbanos Populares

Com base em pesquisa ampla – bibliográfica e iconográfica - sobre o processo de urbanização de Brasília definimos 04 (quatro) categorias para melhor caracterização dos assentamentos urbanos populares que foram sendo constituídos ao longo dos anos 50 e 60, a saber: 1) Núcleos Provisórios Oficiais; 2) Acampamentos da Empreiteiras; 3) Invasões e Favelas; 4) Cidades-Satélites (Núcleos Pré-Existentes e Cidades Novas).

4.1.1 - Núcleos provisórios oficiais

O início das obras de construção de Nova Capital foi marcado por ações de planejamento para organizar minimamente a infraestrutura de apoio necessária: campo de pouso, estação ferroviária, estradas de acesso às cidades mais próximas (Gama, Brazlândia), captação e fornecimento de água para consumo, escritórios para as equipes de administração da Novacap e residências para os engenheiros e funcionários.

Nos primeiros tempos, o Ministro da Guerra, Marechal Lott, chegou a fornecer barracas de lona utilizadas em acampamentos militares para abrigar os primeiros moradores e proteger os materiais de construção.

As empreiteiras, responsáveis pelas obras de terraplenagem, urbanização, infraestrutura e construção dos edifícios possuíam, cada uma, os seus próprios canteiros de obras e abrigos para os operários, os engenheiros e suas famílias e também para os funcionários da Novacap.

Os principais núcleos foram:

NÚCLEO PRESIDENCIAL (Catetinho)

Primeiro núcleo edificado nos terrenos da área da Nova Capital, próximo à pista de pouso da Fazenda do Gama, cujas obras tiveram início em outubro de 1956 e foram marcadas pela inauguração do Catetinho, um singular e elegante edifício para abrigar os despachos administrativos e reuniões do Presidente da República.

Segundo Kim et al. (2010, p. 144) a iniciativa partiu de um grupo de amigos do presidente, que financiou a construção ocorrida em apenas 10 dias. O prédio, projetado por Niemeyer, era uma construção em madeira, de dois pavimentos, estilo modernista, com telhado de uma água, pilotis e varandas com muxarabis no primeiro piso. Pouco tempo depois foi construído um segundo edifício, de igual aparência para abrigar a ala residencial destinada ao presidente e sua família. O Catetinho passou então a ser a sede da diretoria da Novacap.



Fig. 3 - O Catetinho, sede presidencial, construído em apenas de 10 dias, projetado por Niemeyer. Fonte: Arquivo Público do DF

NÚCLEO BANDEIRANTE

O Núcleo Bandeirante surgiu logo no início dos trabalhos de construção da nova Capital, em novembro de 1956. Fruto de uma ocupação planejada e prevista como temporária com funções de entreposto comercial, para fornecimentos de gêneros alimentares, equipamentos, materiais de construção e produtos de primeira necessidade e serviços, deveria ser desativada em 1959. Possuía traçado simples, constituído por uma avenida principal, duas ruas laterais e algumas transversais. Os terrenos eram cedidos em comodato, com a obrigação de serem restituídos a Novacap antes da inauguração da cidade. As casas construídas de madeiras também eram provisórias. As atividades comerciais eram incentivadas, pela isenção de impostos, o que lhe rendeu o nome de Cidade Livre nesses primeiros tempos.

O núcleo cresceu além do previsto; em meados de 1957 já possuía cerca de 2.000 moradores. Era o local onde todos iam para comprar os gêneros de primeira necessidade e materiais de construção. Os operários iam para lá aos finais de semana para se divertir - a vida noturna e a boemia eram intensas assim como as suas famosas casas de prostituição.

A esse respeito, Quinto Jr. et al., (2010, p. 69) analisam a necessidade que os acampamentos possuíam de estarem vinculados a uma rede urbana ou a uma centralidade, uma vez que a hierarquia e as limitações da vida e da economia dentro desses canteiros não satisfazia às demandas por produtos e serviços que esses locais passavam a exigir. No caso dos acampamentos na área do Plano Piloto, tal processo fez surgir essa aglomeração diferenciada, o Núcleo Bandeirante. que com o passar dos anos, adquiriu tamanha relevância para a sobrevivência da cidade, que mesmo após a inauguração da nova Capital, a Novacap não consegue mais removê-la. O comércio aí existente, os serviços aí localizados, consistiam na única centralidade comercial da recém-criada capital. Se fosse relocado, traria grande prejuízo para o funcionamento da cidade - por esta razão, e também em decorrência de muitos protestos, acabou lá permanecendo até os dias atuais



Fig. 4 – Arruamentos planejados do Núcleo Bandeirante. Fonte: Cartão Postal dos anos 60.

VILA PLANALTO

O acampamento surgiu para abrigar tanto os técnicos envolvidos com as atividades de administração e obras da Novacap quanto funcionários de obra das empreiteiras. Foi concebido e construído para dar suporte às obras de construção do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, iniciadas em fevereiro de 1957.

Conforme as obras foram avançando este acampamento junto com o de diversas construtoras, foram transferidos para um local próximo, um pouco mais a leste, formando um grande conjunto de vinte e dois acampamentos. A vida nesses acampamentos foi gerando uma situação de permanência, pois a localização era privilegiada, a infraestrutura boa e não havia uma política habitacional capaz de oferecer opções de moradia com qualidade para a população mais qualificada que ali residia (e que deveria ser removida com a desmontagem dos acampamentos, ao final das obras).

Desta forma a Vila Planalto permaneceu, tornando-se um núcleo habitacional pioneiro em pleno coração do Plano Piloto. Posteriormente essa vila foi reconhecida como patrimônio cultural pelo IPHAN na ocasião do tombamento do Plano Piloto, em 1987.

(Mendonça, 2011, p. 109)

CANDANGOLÂNDIA

Candangolândia, cuja designação inicial foi a de Velhacap (e também Lonalândia), tem sua origem relacionada aos primeiros acampamentos pioneiros. O primeiro deles foi construído em 1956 pela Novacap, nas margens da rodovia de ligação com Luziânia. Outros acampamentos foram também construídos, para abrigar os operários da construção civil, os candangos.

O local possuía boa infraestrutura para a época, água e energia elétrica, proveniente de geradores. Abrigava além de residências dos funcionários e do escritório da Novacap, um banco para realizar o pagamento funcionários, o Hospital Juscelino Kubitschek (também conhecido com o Hospital do IAPI), uma escola, um posto policial e dois restaurantes – um para os funcionários da Novacap e o outro do Serviço de Alimentação Popular.

A emancipação como cidade só aconteceu em 1989.



Fig. 5 – Candangolândia, na fase inicial de ocupação com barracas cedidas pelo Exército.

4.1.2 - Os acampamentos das empreiteiras

De todas as formas de moradia precária que foram sendo produzidas ao longo dos anos 50 e 60, os acampamentos são aquela modalidade onde a documentação é a mais

escassa. Além do imenso acampamento central da Novacap, situado próximo ao Núcleo Bandeirante, haviam os acampamentos das empreiteiras, que depois foram desmontados, não restando muito registro oficial ou da grande imprensa da época.³

Tais acampamentos, implantados próximos aos canteiros de obras, serviam de moradia para os operários e em alguns casos, possuíam bom arranjo urbanístico, complementados, por equipamentos como postos de saúde, cantinas, armazéns e infraestrutura de abastecimento água e energia elétrica fornecida por geradores locais. Funcionavam com o mesmo modelo das vilas operárias, ou seja, um local onde podia-se exercer o controle sobre o cotidiano da vida dos operários.

Dentre os acampamentos pode-se citar aquele formado para a construção da barragem do Paranoá, o da Barragem do Torto, o acampamento das obras do Aeroporto definitivo, do Centro de Transmissão de Contagem e das Granjas Modelo, o do Palácio Presidencial e do Hotel de Turismo (Brito, 2009, p. 84-6)

Há relatos que foram coligidos de entrevistas com ex-operários e documentos de época que mostram que as condições de vida eram bastante precárias e insalubres nesses locais. O arquiteto Sérgio Ferro, que atuou na construção da cidade, relata que tais acampamentos funcionavam como campos de concentração: eram cercados, com vigilância severa e condições sanitárias e de conforto insatisfatórias, sendo registrados inclusive casos de varíola. Eram frequentes revoltas por conta dos alimentos deteriorados que eram servidos nos refeitórios, das infestações de percevejos nos alojamentos, que impediam o repouso depois de estafantes e excessivas horas de trabalho, que se somavam a outros problemas como a falta de segurança nos canteiros, que causava inúmeros acidentes e mortes.

Além do mais, nas obras principais da cidade (prédio do Senado e os ministérios), o padrão construtivo adotado foi o das estruturas metálicas, introduzido por uma empreiteira norte-americana contratada, a Raymond Concrete Pile Company, que exigia conhecimento técnico não disponível na mão de obra local. Acresce-se a esse fato a constatação de que 95% dos operários que trabalhavam na montagem das estruturas metálicas eram analfabetos ou semiletrados, sem nenhuma experiência profissional anterior. (Lopes, p. 143/4)

³ A Revista Brasília, veículo oficial da Novacap e publicada mensalmente relatando os trabalhos e obras da construção da cidade desde o primeiro dia, não traz muitas referências a este assunto, uma vez que o principal objetivo desta publicação era mostrar a visão de modernidade dos fatos relacionados à construção da cidade, de forma a combater as críticas advindas do partido da oposição, a UDN- União Democrática Nacional, centradas principalmente na figura de Carlos Lacerda proprietário do jornal carioca Tribuna da Imprensa e considerado o mais forte opositor ao governo de Juscelino Kubitschek.

Ferro, em depoimento à FAU/UFSC, em novembro de 2010, relata que eram frequentes os suicídios de operários, que se jogavam na frente de caminhões em movimento ou saltavam do alto das edificações. Pouco divulgado e estudado foi o episódio que ficou conhecido como o massacre de Pacheco Fernandes, ocorrido na semana do carnaval de 1959 no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, quando uma revolta dos operários por conta da comida estragada, da retenção do pagamento semanal, somada à proibição, naqueles dias de sair para ir se divertir na Cidade Livre, levaram a GEB - Guarda Especial de Brasília e promover um verdadeiro massacre, causando a morte de muitos operários. O episódio foi ocultado e nunca pode ser averiguado: há relatos que falam em alguns mortos devido a essa ação de policiais armados com revólveres, mas há também relatos que mostram um quadro mais cruel: dezenas de operários metralhados por essa mesma força policial, que adentraram nos alojamentos e atiraram em todos, atingindo mesmo os enfermos. Gouvea, (1996, p. 64) relata que foram necessários caminhões basculantes para levar os corpos, que foram depois jogados em valas longe da cidade, na região de Planaltina. O registro desse fato foi apagado dos documentos e crônicas e até hoje os que presenciaram as cenas recusam-se a contar o que realmente ocorreu⁴.

4.1.3- Invasões e favelas

A história de Brasília, sobretudo nas décadas de 50, 60 e 70, foi fortemente marcada por políticas de erradicação das invasões. Foi até criada uma companhia para tal finalidade – a CEI – Companhia de Erradicação das Invasões.

Desde o lançamento da pedra fundamental, em 1956, o contingente de migrantes que chegavam em busca de nova vida foi um dos principais problemas a serem resolvidos pelas autoridades governamentais.

Os migrantes, sobretudo nordestinos, goianos e mineiros, vinham seduzidos pela propaganda governamental, fugindo de uma realidade cruel em busca de novas oportunidades, na esperança de um futuro melhor⁵. Qualquer possibilidade ali era melhor e as chances de progresso em uma cidade onde tudo estava por se fazer eram muito mais sedutoras.

Não se tratava de um êxodo de trabalhadores temporários, como imaginou Lucio Costa, mas sim de trabalhadores dispostos a permanecer em Brasília. Esse foi um dos principais óbices enfrentados pela Novacap – e imprevisibilidade dessa situação e a

⁴ A esse respeito, consultar o livro de Hermes Aquino Teixeira intitulado *No tempo da GEB: trabalho e violência na construção de Brasília*, Brasília, Thesaurus, 1996.

⁵ A extrema pobreza da região de onde provinham fazia com que não houvesse intenção de retorno. Sobretudo após as terríveis secas que assolaram o sertão nordestino em 1957 e 1958 e que ampliaram o fluxo migratório para o planalto central.

necessidade de adoção de uma política emergencial para abrigar adequadamente todo esse contingente de pessoas.

A Vila Amaury, invasão próxima à construção do Palácio do Planalto, conhecida como também como Sacolândia e Vila Bananal, foi objeto de fotos famosas, como aquela mostrando centenas de precários barracos de madeira com o edifício do Congresso ao fundo, ou as mulheres lavando roupa no açude. Em 1958, com a conclusão da barragem para a formação do Lago Paranoá, essa vila foi inundada e os moradores foram transferidos para a cidade-satélite de Sobradinho, local planejado especialmente para tal finalidade, distante dezenas de quilômetros. Uma outra pequena parte dessa comunidade foi relocada para Taguatinga.

A Vila Sarah Kubitschek, famosa invasão ocorrida em 1958, nas imediações da Cidade Livre, foi removida dando origem ao núcleo de Taguatinga. Já a invasão conhecida como Vila do IAPI, sua população de 82.000 pessoas foi forçosamente em 1971 relocada para um precário núcleo sem infraestrutura, distante 30 km do Plano Piloto – a Ceilândia. (Gouvea, 2010, p. 92). Muitas outras invasões ocorreram como Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório, Morro do Querosene, Vila Esperança, etc.

O problema perdurou, pois em 1969, quando a população do Distrito Federal atingia meio milhão de habitantes, dos quais 80 mil residiam em favelas. Naquele ano, foi realizado um seminário sobre problemas sociais no Distrito Federal, onde o favelamento da cidade foi apontado com um de seus problemas mais sérios, o que ensejou no mesmo ano a criação de um Grupo de Trabalho que daria origem à CEI – Companhia de Erradicação de Invasões, que atuaria fortemente ao longo da década de 70 relocando núcleos de favelas para as cidades-satélites e criando a cidade de Ceilândia.



Fig. 6 – Vila Amaury, em 1958.

4.1.4 - Cidades Satélites

O termo “cidades-satélites” é designação proveniente da lei 3571, dos anos 60 e hoje é um termo em desuso, tendo até mesmo caráter pejorativo, quando utilizado em documentos oficiais. O termo atual é Região Administrativa, que no Distrito Federal são em número de dezenove. Mas para este trabalho, que se concentra nos anos 50 e 60, manteremos esta designação tradicional.

O quadro, a seguir, organiza as cidades satélites existentes até 1972.

Quadro 1: Relação das Cidades - Satélites criadas até o início da década de 1970.

Cidade-Satélite	Ano Fundação	População em 1970	Distancia do Plano Piloto (km)	Perfil da renda da população
Planaltina	1859	22.000	42	+ pobreza
Brazlândia	1932	11.000	47	+ pobreza

Núcleo Bandeirante (Cidade Livre)	1956	12.000	15	Media
Taguatinga	1958	125.000	25	Media
Sobradinho (núcleo planejado - Novacap)	1960	23.000	25	+ pobreza
Gama (3º lugar concurso PP)	1960	76.000	32	+ pobreza
Guará (Novacap-mutirão)	1967	25.000	12	Media
Ceilândia – Novacap (relocação de invasões)	1970		35	+ pobreza
Guará II (Novacap + SHIS)	1972			Media

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de (Gouvea, 1995, 73) e Revista Realidade (1972, p.245)

Do conjunto das cidades satélites destacam-se dois núcleos anteriores à construção de Brasília: 1) Planaltina, fundada em 1859 no período da exploração de pedras preciosas no sertão de Goiás; em 1892 abrigou a Missão Cruls, que realizou os primeiros levantamentos para a implantação da futura Capital Federal no Planalto Central, projeto esse da época de José Bonifácio; 2) Brazlândia - núcleo é originado na década de 1930, através da ocupação de algumas famílias mineiras e goianas dedicadas à agricultura e pecuária, que teve parte considerável das terras desapropriada para a formação do lago do Descoberto e em seguida, anos 60 um crescimento populacional com a implantação do Núcleo Rural Alexandre Gusmão e de relocações de moradores da favela do Vietcong.

A seguir, um breve relato de cada cidade-satélite criada no período.

TAGUATINGA

A estratégia de conter invasões e as relocar foi o que impulsionou o desenvolvimento do povoado de Taguatinga, que, já em 1958, passou a ser o depositário de muitas das famílias de migrantes que moravam em invasões na área do Plano Piloto., sobretudo daquelas advindas da Vila Sarah Kubitschek, localizada perto do Núcleo Bandeirante (ou Cidade Livre). Taguatinga é considerada, portanto, a primeira cidade-satélite de Brasília.

Nos primeiros meses após a primeira relocação, Taguatinga passou por penúria por ausência de infraestrutura, mas em 1960 já possuía um razoável serviço de abastecimento de água, além dos alojamentos, escola, hospital, estabelecimentos comerciais e uma sede administrativa.

Aos poucos a cidade foi desenvolvendo seu potencial enquanto centro comercial de toda a região de Brasília e hoje é considerada a capital econômica do Distrito Federal.

SOBRADINHO

Fundada em maio de 1960, Sobradinho foi planejada para receber as relocações de famílias da Vila Amaury e também do acampamento do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O plano urbanístico original desta segunda cidade-satélite foi elaborado pelo Departamento de Terras da Novacap e posteriormente alterado pelo arquiteto Paulo Machado Hungria, da equipe de Lucio Costa, que chefiava o Departamento de Urbanismo desta mesma empresa.

Quando inaugurada era um dos núcleo com melhor infraestrutura, chegando mesmo a dispor de sistema de coleta de esgotos. Por esta razão foi um assentamento que abrigou muitas residências de funcionários públicos.

GAMA

Este núcleo foi criado para alojar população relocada de diversas invasões e de alojamentos provisórios da área do Plano Piloto, dentre eles, da Vila Planalto. Dista 8 km da sede da antiga fazenda do Gama e a 35 km do Plano Piloto.

Planejado pelo arquiteto Paulo Hungria Machado, autor do plano de Sobradinho, teve a concepção urbanística baseada em polígono hexagonal, inspirado no projeto classificado como 3º lugar no concurso do Plano Piloto e seu projeto de saneamento ambiental realizado pelo escritório de Saturnino de Brito. (Brito, 2009, p. 84)

As primeiras transferências de população para este novo núcleo começaram a acontecer em setembro de 1960.

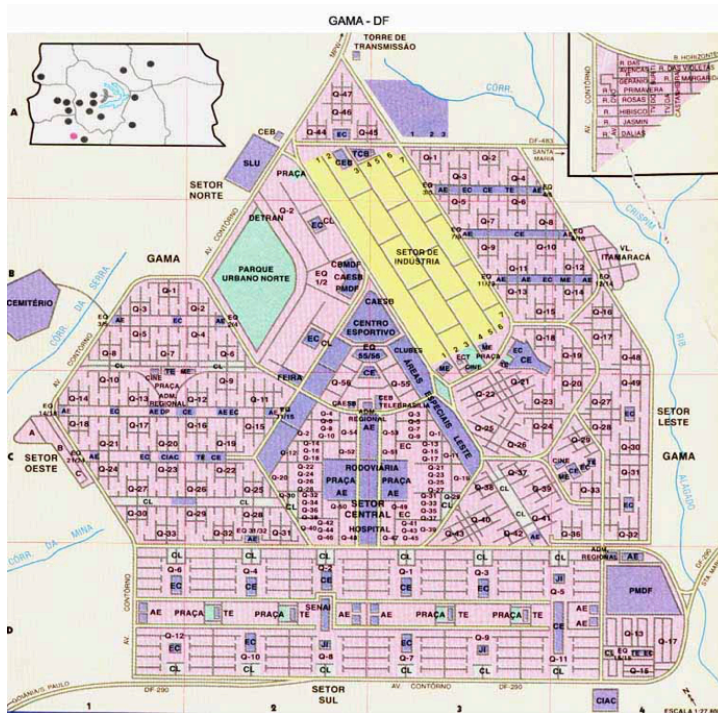


Fig. 7 – Plano de Gama, concebido pelo arq. Paulo Hungria.

GUARÁ

Construída a partir de 1967, foi implantada em duas etapas: Guarás I, em 1969, destinada às residências de funcionários da Novacap e Guarás II em 1972, para os funcionários do Governo Federal.

Gouvea, (1995 pg. 69), comenta que ao mesmo tempo em que acontecia a remoção de vilas localizadas dentro da área do Plano Piloto, como a da Vila do IAPI e de favelas próximas (Morro Querosene, Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório e Vila Esperança) para cidades satélites distantes (como Ceilândia), nesse mesmo momento estava sendo inaugurado um loteamento ao lado da Vila do IAPI, Guarás II, projetado para abrigar a mesma quantidade de pessoas que estava sendo relocada, mas destinado a segmentos de renda média. Este fato é um claro indício da visão urbanística fortemente segregadora que era induzida pelas ações da Novacap.

CRUZEIRO

Cruzeiro fez parte do projeto original concebido por Lucio Costa, designado como Setor de Residências Econômicas Sul. Abrigou os primeiros funcionários públicos federais

vindos do Rio de Janeiro e trazidos pelo DASP. (Brito, 2009, p, 89). Em 1958 foram erigidas os primeiros conjuntos de casinhas térreas, em renque, todas brancas, que vistas ao longe, deram ao local a alcunha de Cemitério. Mas o que perdurou foi o nome Cruzeiro, devido à proximidade do local onde foi realizada a primeira missa de Brasília, em 1957. O local se ampliou com novas construções e prédios e hoje integra o setor Sudoeste da Cidade.

CEILÂNDIA

Ceilândia foi criada em 1971, para receber famílias relocadas pela Companhia de Erradicação de Favelas, particularmente do núcleo provisório, denominado Vila do IAPI, que na época assumia grandes proporções, contando com cerca de 12 mil barracos e uma população estimada em 82.000 moradores. O processo em si foi conduzido de forma forçada e com violência, uma vez que a vila IAPI era bem localizada, organizada e com os serviços essenciais, enquanto a Ceilândia era ainda um local desprovido de infraestrutura e distante 30 km do Plano Piloto.

Ceilândia, hoje, possui cerca 400 mil habitantes, sendo a região administrativa de maior população do Distrito Federal.

Importante destacar que ao longo dos anos 60, foram criados novos mecanismos de financiamento para a política habitacional, com a criação do BNH - Banco Nacional da Habitação, do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no âmbito federal, assim como do FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, voltado para a implantação de infraestruturas. Tais fatos deram grande impulso à produção de moradias sociais e à ampliação das cidades-satélites.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procura avançar na compreensão do processo de urbanização de Brasília nos primeiros tempos – anos 50 e 60, destacando um aspecto ainda relativamente pouco estudado - o da segregação social - devido à dificuldade de documentação primária a respeito das ações de remoção que foram realizadas pela empresa Novacap no período.

Como apontado, ocorreu, durante a construção de Brasília, um aspecto de imprevisibilidade tanto pelo autor do Plano Piloto, Lucio Costa, quanto na visão do gestor principal da empresa Novacap, Israel Pinheiro - a de que toda a massa de mão-de-obra que para lá afluiria para a construção da cidade, depois dela inaugurada, voltaria para seus locais de origem.

Tal visão, produto de um idealismo romântico ou de um padrão cultural secular de nossa prática social - a da exclusão dos mais humildes e proletários de direitos de igualdade em relação ao espaço urbano - está muito bem descrito em reflexão posterior, de 1985, relatada pela filha de Lucio Costa, Maria Elisa Costa:

A proposição contida no Plano, a nível social, partiu, na realidade, de um pressuposto idealista. A intenção era, por assim dizer, nivelar pelo meio, e o momento histórico em que Brasília surgiu justificava tal postura: a própria ideia de Brasília olhava para o futuro, e o importante era deixar claro que do ponto de vista do urbanismo, estritamente, existia a possibilidade teórica de tratar as diferenças sociais de forma condigna. Mas urbanismo sozinho não tem o poder de resolver, num passe de mágica, problemas sociais seculares, da ordem e do vulto dos que existem em um país como o nosso. Brasília expõe, com insuperável clareza e sem subterfúgios, nossa verdade social.”

Brasília 57-85. Do plano-piloto ao Plano Piloto. Confrontos. Maria Elisa Costa. In COSTA, L 1995, p.327.

Por esta razão, a questão do afloramento desta crua realidade social, dos canteiros e das invasões, visíveis em meio à produção de um ícone da modernidade, capaz de alçar o urbanismo e a arquitetura brasileiras a expoente no contexto internacional da época, tal realidade precisava ser ocultada. Afinal, se Brasília foi concebida para ser a nova capital, centro e cérebro das altas decisões nacionais, essa modernidade não poderia reproduzir as mazelas encontradas nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. (Paviani, 2010a). É por esta razão que história de Brasília, desde a sua fundação, foi marcada por um contínuo processo de erradicação de invasões.

Esta presente pesquisa, ao estudar esses autores e ao explorar as inéditas fotos publicadas por Kim et al (2010) permitiu aclarar esse fenômeno da relocação e segregação, definindo quatro categorias, que nos primeiros tempos da cidade, serviram para caracterizar o fenômeno do habitar precário: os alojamentos provisórios, os acampamentos das empreiteiras, as invasões e a produção de cidades satélites, que foram descritas e caracterizadas.

Até hoje a cidade reflete as consequências deste processo de contínua exclusão, uma vez que na área do Plano-Piloto, correspondente à RA-1, residem somente 215 mil moradores, formado pelos segmentos mais elitizados. Isto significa menos de 10% da população de todo

o Distrito Federal registrada em 2010 (2,6 milhões de habitantes). Nas cidades satélites residem hoje a parte mais extensa das populações de menor renda, que entre os anos 50 e 70 sobretudo, foram para lá relocadas. Esta discrepância na apropriação do solo urbano pelas distintas classes sociais não é observada em nenhuma grande cidade ou cidade-capital no Brasil. É por esta constatação que podemos concluir que, por estes fatores estudados, Brasília se constitui hoje na aglomeração urbana mais segregada de nosso país.

REFERÊNCIAS

BRITO, J.D. 2009. *De Plano Piloto à Metrópole: a mancha urbana de Brasília*. Brasília: FAU-UnB. Tese de Doutorado.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. 1998. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos*. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IPARDES: FNUAP, 303-327.

COSTA, L. 1995. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes.

DINIZ, C. C. 2001. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Texto para discussão no 159. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

GOUVEA, L.A.C. 1995. *Brasília: capital da segregação e do controle social*. São Paulo, Annablume.

KIM, L. et ali. 2010. *Arquivo Brasília*. São Paulo, Cosac&Naify.

LOPES, L.C. 1996. *O enigma da esfinge. A construção de Brasília e os bastidores do poder*. Porto Alegre, Ed. UFRGS / Unisinos.

MENDONÇA, L.M. 2011. *A cidade informal em Brasília: 50 anos de expansão da irregularidade urbanística na cidade moderna*. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dissertação de mestrado.

PAVIANI, A. (org) 1987. *Urbanização e Metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Editora UNB.

PAVIANI, A. (org) 1996. *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Editora UNB.

PAVIANI, A. (org) 2010a. *Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. Brasília, Editora UNB.

PAVIANI, A. (org) 2010b. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Ed. UNB.

QUINTO JR. et al. 2010. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. IN: PAVIANI, A. (org) 2010b. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*.

Brasília, Ed. UNb, p. 59-82.

VALE, A. F.; LIMA, L.C.; BONFIM, M. G. 2014. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. *Textos & Debates*, n. 07, vol. 1.

FERRO, S. Sérgio Ferro na UFSC.

REVISTA REALIDADE. Edição Especial “Nossas Cidades”. São Paulo, Abril, mai.1972.